

Francisco José de Lima

Memorial acadêmico e pessoal

Aprender, enfrentar, ensinar

Transformar acessibilidade e justiça em inclusão

Memorial descritivo apresentado à Universidade Federal de Pernambuco como parte das exigências para promoção à Classe E, com denominação de Professor Titular da Carreira de Magistério Superior, nos termos da Resolução nº 03/2014 da UFPE.

Recife

Setembro de 2026

Nota de autoria, memória e método

Este não é apenas um memorial; é também um documento autobiográfico e autodeclarado. Escrevo em primeira pessoa porque a substância central destas páginas é a minha lembrança, a minha interpretação dos acontecimentos e a posição intelectual e ética que construí ao longo da vida. Os documentos, quando apresentados, ampliam, situam e dialogam com o que recordo. Minha memória, por sua vez, confere unidade humana aos registros de uma trajetória que não cabe nem pode ser restringida por uma coletânea de certificados, por um *curriculum vitae* ou em uma clipagem.

Integrei aqui versões sucessivas de minhas tentativas de escrever este memorial, narrativas biográficas preparatórias, registros de minha coordenação do Centro de Estudos Inclusivos, escritos sobre educação inclusiva, tato, acessibilidade, barreiras atitudinais, empregabilidade, áudio-descrição, jogos universalmente acessíveis e Inteligência Artificial/*Machine Aid*, além de informações públicas encontradas em páginas institucionais, em *blogs* dos quais participei e em outras fontes. Mantive repetições como um recurso literário quando revelavam mudanças de ênfase, amadurecimento conceitual ou a insistência necessária diante de exclusões recorrentes.

Assumo a responsabilidade pela voz, pelas lembranças e pelos juízos aqui expressos, mesmo perante a memória de outros que, dos mesmos fatos, possam ter interpretação divergente da minha. **Escrevo as minhas memórias, não as deles.**

Esta versão do registro de minhas memórias consolida, ora cronologicamente, ora por por tema ou significado, minhas produções, ideias e visão de mundo. Detalhes

inéditos, explicações, exemplos e formulações autorais foram incorporados para ampliar a compreensão da trajetória.

A escolha editorial aqui apresentada tem o objetivo de organizar, relacionar e esclarecer. Não pretende substituir minha voz. Tive o cuidado de distinguir o lugar de fala quando um documento pertence a outra pessoa; nesse caso, a fala deve ser compreendida como testemunho, não como se fosse minha.

Como navegar com o NVDA

Pretendendo oferecer um exemplo de acessibilidade comunicacional, que raramente encontrei nos documentos recebidos de colegas da Universidade, deixo aqui orientações básicas para a navegação deste memorial com o NVDA (*NonVisual Desktop Access*).

O documento usa títulos estruturados e um sumário com links internos. No NVDA, pressione H ou *Shift+H* para percorrer os títulos; use as teclas 1, 2 e 3 para ir aos respectivos níveis de título; pressione K para localizar links; e use *Ctrl+Home* para voltar ao início. No sumário, pressione *Enter* sobre um item para ir diretamente à seção correspondente.

Nesta versão, os registros visuais localizados em fontes públicas são tratados como documentos e não como ornamentos. Quando uma fotografia, cartaz ou fac-símile não pode ser incorporado de forma estável ao arquivo, preservo sua descrição textual, identifico a fonte e ofereço um link descritivo para o original. Assim, o leitor vidente pode consultar a imagem e o leitor cego não depende dela para compreender o argumento histórico. Esse cuidado faz parte da própria tese deste memorial: *acessibilidade não é um apêndice do conhecimento; é condição para que o conhecimento possa ser compartilhado*.

Preâmbulo: minha voz, princípios e posição

Figura 1 — Caminhando pela estrada



Fonte: Arquivo Digital gerado pelo GPT

Começo por minha própria voz porque não desejo que uma lista de títulos ou cargos fale antes de mim. Minha carreira em educação inclusiva não pode ser separada da experiência da exclusão, do compromisso com meus alunos e da recusa a uma inclusão apenas discursiva.

Produzir um memorial a respeito de minha carreira profissional em educação inclusiva requer falar de inclusão, acessibilidade e barreiras atitudinais. E falar de inclusão, por si só, implica falar da exclusão, da negativa de acessibilidade e da perpetração de barreiras atitudinais contra as pessoas com deficiência. Em outras palavras, tratar de inclusão é dizer de pessoas. Daí é que vem o complicador, pois falar da pessoa paciente da exclusão, e daquela que se constitui em agente opositor de tais barreiras, em um memorial de carreira, é também versar sobre as relações pessoais no ambiente laboral.

Escrevi mentalmente vários memoriais: uns mais densos, pormenorizados com histórias de fatos e de seus protagonistas; outros superficiais, limitados aos artigos que escrevi, às bancas de que participei e às orientações que conduzi. Nem os primeiros me aquietaram o espírito, pois teria de falar de colegas, ainda que sem lhes citar os nomes; nem os últimos me serviram, pois eu estaria traindo minha história e a daqueles a quem dediquei minha vida laboral.

Seguindo uma vertente diversa, apresento este memorial, que não é vão, pois não é diminuto, nem infiel, pois não se reduz ao frívolo. Escrito para outro fim que não o de ser um memorial acadêmico, meu texto talvez contasse uma versão intitulada “Memórias de uma trilha de exclusão”, e isso até poderia espelhar melhor uma autobiografia de minha vida laboral, mas não cuido aqui de escrever uma autobiografia, e sim de produzir um memorial acadêmico.

O memorial que trago ao exame da banca avaliadora é, contudo, um memorial audacioso na forma e conteúdo, pois se equilibra entre feitos acadêmicos e experiências de vida.

Minhas memórias aqui refletem falas que eu sempre fiz e que, muitas vezes mal-sucedidas, tentaram-me calar. Aqui também não me calo, porém contenho minhas palavras, porque entendo claramente o rito acadêmico e, fazendo parte da academia, o respeito.

Na Academia, nem sempre se diz em voz alta a verdade; por vezes, parece melhor nem sequer sussurrá-la, por questão de forma e de fôrma, como ensinava minha professora de redação no ensino médio. Parafraseio também minha professora de História, que, em 1981, respondia a alguns de meus questionamentos somente ao fim da aula, quando os demais alunos já haviam saído. Ela alegava que sua resposta poderia ser mal compreendida pelos “outros” (eram tempos de ditadura) e, por isso, respondia-me em privado. Alertava-me de que ao eu fazer as perguntas e ela respondê-las, tínhamos de andar sobre ovos. Ao escrever este memorial, porém, não ando apenas sobre ovos, mas sobre “navalhas afiadas”, como diria minha professora naquela primeira metade da década de oitenta.

Se não foi fácil escrever este memorial, não foi menos difícil tomar as decisões do percurso desta escritura ao rememorar vinte e quatro anos de vida nesta Universidade, onde aprendi bem mais do que me foi permitido ensinar.

Amei meus alunos e recebi o respeito de muitos deles. Com eles, construímos casebres, casas e castelos para abrigar a inclusão e fazer frente à exclusão. Hoje, do modo como vejo, os casebres permanecem, algumas casas resistem, mas os

castelos bem poderiam ser de areia ou, quiçá, de sonho, pois ruíram, desfizeram-se. Em minha avaliação, de dez ou doze anos para cá, os ventos da exclusão têm sido tão fortes e persistentes que os abrigos que construímos se vêm desmoronando, tal qual uma árvore que se quebra e cai diante do vendaval. Crianças com deficiência voltaram a enfrentar problemas semelhantes aos de décadas atrás: recusa de matrícula nas escolas comuns, exclusão em sala de aula, baixa qualidade na formação de professores em educação inclusiva e assim por diante.

E tudo isso a despeito do avanço das leis, da tecnologia assistiva e do amplo conhecimento construído a respeito das barreiras atitudinais, hoje também chamadas de capacitismo, outrora, de estigmas. Não quero, contudo, deixar o leitor deste preâmbulo desanimado diante do que se seguirá. Se grandes árvores caem perante ventos fortes, os arbustos dobram-se, envergam-se até parecer que, tocando o chão, estão derrubados. Não estão. Não estamos!

A chama da inclusão das pessoas com deficiência e das pessoas identificadas por outros traços da diversidade humana — gênero, cor da pele, raça, etnia, classe social, origem geográfica, linguística ou religiosa, entre tantos outros — permanece acesa. Professoras e professores, pais e mães, avôs e avós, tios e tias e pessoas com deficiência, combustíveis para essa chama, não se deixam apagar frente à ventania chamada de discriminação, preconceito, exclusão. Tanto maior o vento, tanto maior cresce nossa chama.

Ao produzir este preâmbulo, quero deixar claro que nunca tive pendores por cargos políticos, cargos indicados e semelhantes, que a carreira acadêmica por vezes propicia. Pelo contrário, sempre me pautei por um trabalho ético, moral, técnico e sustentado por princípios inclusivistas inabaláveis. Isso, note o leitor, não significa que todos os que seguem uma carreira política ou recebem e oferecem indicações ajam de modo indevido, ilegal ou reprovável. Quero dizer apenas que, em mais de duas décadas de trabalho com a inclusão de pessoas com deficiência, dentro e fora da educação, convivi com muitos cuja posição laboral, considero, não refletia conhecimento da inclusão e cujas práticas eram ainda menos coerentes com os fundamentos inclusivos que diziam defender.

Por isso, tenho sempre exercido, inclusive aqui, com as ressalvas anteriormente feitas, o direito pleno da liberdade de pensamento crítico e de manifestação deste, seja pela escrita, em meus artigos, seja pela minha fala, em aulas, palestras, entrevistas. Escrevi alhures que era hora de parar de ser “diplomata” com o desrespeito aos direitos das pessoas com deficiência. Atualizando a expressão para uma mais popular, digo que “é hora de parar de passar paninho” para aqueles que

desrespeitam direitos humanos fundamentais das pessoas com deficiência e, nesse compasso, todo e qualquer direito de todas as pessoas.

Por essa posição, vi colegas, alunos e até pessoas próximas me recriminarem. Talvez o leitor já o esteja fazendo aqui mesmo. Talvez concorde com aqueles que dizem que estou sendo duro demais e que, na nomenclatura empregada para classificar a pessoa com deficiência na década de 1970, estou sendo 'revoltado'. Estaria eu errado quando tantos me dizem que estou?

Para mim, não estou e continuarei em paz diante de meus próprios olhos. Errado estaria eu, afirmo, se, querendo agradar a terceiros que não vivem a exclusão, deixasse de lutar pelas tantas crianças, jovens e adultos que não recebem o que lhes é de direito porque alguém ocupa uma posição política ou de visibilidade e não quer ferir os melindres de seus superiores, quiçá perdendo tal posição, que, ademais, lhe dá bom salário e prestígio.

Assim, não espere o leitor que, na escrita deste memorial, eu seja menos intransigente, combativo, tenaz ou incisivo na defesa dos direitos e da inclusão das pessoas com deficiência. Não serei.